

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**Proc. Origem:**

**Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de XXXX-UF**

**FULANO DE TAL**, Defensor Público do Distrito Federal, matrícula nº XXX, no exercício das funções, vem, com fulcro no art. 5º, incisos LIV e LXVIII da Constituição Federal de 1988, bem como nos artigos 647 e 648, I, do Código de Processo Penal, impetrar a presente ordem de

**HABEAS CORPUS  
COM PEDIDO DE LIMINAR**

em favor de **FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos eletrônicos do processo nº XXXXX, em trâmite perante a Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de XXXX-UF, em face de ato ilegal praticado pelo MM. Juiz de Direito titular do referido juízo, consistente na fixação do regime inicial fechado para o início do cumprimento da pena e na ausência de realização da detração do prazo de prisão cautelar por ocasião da prolação da sentença condenatória.

**I. Síntese dos fatos**

Tratam os autos de origem (nº XXXX) de processo criminal em que se imputa ao paciente a prática do delito de furto simples.

O acusado foi preso em flagrante em **DATA** (ID XXXX).

**Diante do não pagamento da fiança de VALOR TAL**, foi conduzido ao Núcleo das Audiências Custódia – NAC, oportunidade em que teve a prisão em flagrante convertida em preventiva com fundamento na manutenção da ordem pública (ID.XXXX).

Na sequência, paciente foi denunciado com incurso nas sanções do **art. 155, caput, do Código Penal** (ID.XXXX). A denúncia foi recebida em DATA (ID.XXXX).

Realizaram-se duas audiências de instrução e julgamento, uma em DATA (ID.XXXX) e outra em DATA (ID.XXXX). Nesta última, a Defesa requereu a **revogação da prisão preventiva** ante o lapso temporal de acautelamento provisório e em razão da pena a que o paciente poderia ser condenado, uma vez que confessou a prática do crime em juízo.

Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação do Paciente nos termos da denúncia e o indeferimento do pedido de revogação da prisão, em DATA (ID.XXXX).

Por sua vez, a Defesa pugnou pelo reconhecimento da confissão espontânea, pela fixação do regime inicial de cumprimento de pena mais benéfico e pela substituição da pena restritiva de liberdade em restritiva de direitos, em DATA (ID.XXXX).

O paciente foi então condenado como incurso nas sanções do artigo 155, *caput*, do Código Penal, à pena de **01 ano e 03 meses de reclusão**, em regime inicial **fechado**\_(ID.XXXX).

No mesmo *decisum* condenatório, o Magistrado de primeiro grau **não facultou ao acusado o direito de apelar em liberdade** (ID. XXXX, pg. XX)

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação (xxxxx) e apresentou as razões do recurso no ID.XXXX.

## **II. Das razões do Paciente**

### **a) Do regime inicial de cumprimento da pena. Da indevida ausência da detração.**

Conforme acima mencionado, o paciente **está preso há cerca de 07 meses** e, portanto, cumpriu aproximadamente **metade** da pena em regime fechado.

Em que pese a fixação da pena em patamar inferior a 04(quatro) anos, o d. Magistrado *a quo* determinou o regime fechado para início de cumprimento da reprimenda.

Entretanto, ao assim agir, desrespeitou a Súmula nº 719 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “**a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea**”.

No caso dos autos originários, não apenas não houve motivação idônea, **como sequer houve qualquer fundamentação** na sentença apta a justificar a imposição do regime fechado, conforme se lê:

“De acordo com o disposto no artigo 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, determino o regime

inicial fechado para o cumprimento da pena”  
(ID xxx, pg. x).

Além da imposição do regime fechado, sem a devida fundamentação, o d. juízo *a quo* **não realizou a detração** do tempo de custódia cautelar da pena cominada em concreto, a despeito de, no caso dos autos, **a detração ter o condão de alterar o regime inicial do cumprimento de pena.**

Dessa forma, considerando a reprimenda fixada na sentença, de 1 ano e 3 meses de reclusão, é certo que o paciente alcançou o direito à progressão **ao regime semiaberto em DATA e, ao aberto, em DATA.**

Quanto ao referido instituto, cumpre ressaltar que a alteração legislativa trazida pela Lei nº 12.736, de 2012, permitiu que a detração fosse realizada quando da prolação da sentença, utilizando-se, assim, o tempo de segregação para fins de fixação do regime. Leia-se:

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...)

§ 2º **O tempo de prisão provisória**, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, **será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.**

Assim, consoante a disposição normativa aplicável à espécie, o cabimento da detração deve ser analisado quando da prolação da sentença, devendo, então, ser o instituto aplicado ou negado por decisão devidamente motivada, o que não ocorreu na hipótese em apreço.

Nesse sentido, o entendimento do. TJDFT:

HABEAS CORPUS. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL QUE DEFERIU MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. RÉU SENTENCIADO. CABIMENTO DA PRESENTE AÇÃO. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO. PLEITO DE DETRAÇÃO. TEMPO DE SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA. MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. FIXAÇÃO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. ORDEM CONCEDIDA. (...) **2. Proceda-se à detração penal nos termos previstos no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal e fixa-se o regime aberto para início de cumprimento da pena, se o paciente se encontra segregado desde o dia 27/05/2019, já tendo cumprido mais de 4 (quatro) meses da pena de 8 (oito) meses de detenção que lhe foi imposta na sentença condenatória, o que representa tempo de pena superior ao previsto no artigo 112, da Lei de Execução Penal, para a progressão de regime.**(...)(Acórdão 1212134, 07206578620198070000, Relator: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 24/10/2019, publicado no PJe: 5/11/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DESCLASSIFICAÇÃO. CONSUMO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. ART. 33, § 4º DA LEI 11.343/06. INAPLICABILIDADE. DOSIMETRIA. REGIME INICIAL DO CUMPRIMENTO DE PENA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. DETRAÇÃO. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO REGIME INICIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. (...) **6. A detração da pena pelo juízo do conhecimento somente é possível se importar em alteração do regime inicial de pena a ser fixado. Do contrário, a competência será do juízo da execução. 7. Compete ao Juízo da Execução analisar**

**pedido de gratuidade de justiça.8. Apelação conhecida e parcialmente provida.** (Acórdão 1216173, 20180110192694APR, Relator: J.J. COSTACARVALHO, 1ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento:7/11/2019, publicado no DJE: 22/11/2019. Pág.: 159 -168)

RECEPÇÃO. CONDENAÇÃO. CUMPRIMENTO DE MAIS DE UM SEXTO DA PENA. DIREITO A PROGRESSÃO DE REGIME. **É assegurado o direito à progressão de regime a acusada que permaneceu presa durante toda a instrução criminal e que, da pena imposta na sentença, já cumpriu mais de 1/6 -tempo exigido para a progressão de regime (CPP, art. 387, §2o), assistindo-lhe o direito à detração penal. Ordem concedida.** (Acórdão n.1076949, 07005713120188070000, Relator: JAIR SOARES 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 23/02/2018, Publicado no PJe: 26/02/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada).

Como não bastasse, é necessário ressaltar que o mundo passa por uma pandemia e, infelizmente, **a propagação do vírus COVID-19 já se deu no Complexo Penitenciário da Papuda** e o número de infectados cresce diariamente no DF, liderando o ranking de presos contaminados no país. **Também por isso, a manutenção da prisão do paciente, além de desproporcional, coloca em risco a sua integridade física sem necessidade evidente ou motivação idônea.**

Por fim, vale ressaltar que o paciente só está preso até hoje porque, pobre, não pagou a fiança de VALOR TAL fixada ao tempo da sua prisão em flagrante (ID.XXXX, pg. XX).

### **III. Dos pedidos**

Pelo exposto, postula a Defesa seja relaxada a prisão de **FULANO DE TAL**, eis que manifesta a ilegalidade na fixação do regime inicial fechado para cumprimento da pena e ante a não realização da detração de reprimenda.

**Desta forma, requer o impetrante:**

**I - de forma contra-cautelar, a concessão liminar da ordem - pois presente a urgência da pretensão cautelar, traduzida na irreversibilidade do dano diário e indevidamente imputado ao paciente e a plausibilidade jurídica do pedido, em razão da evidente ilegalidade traduzida no ato e manutenção da prisão do paciente - para determinar a expedição de alvará de soltura ou a decretação de alguma das medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal;**

**II - no mérito, a confirmação da medida, com o deferimento do *Habeas Corpus*, alterando-se o regime inicial fixado para o cumprimento da pena e, em razão da detração do período de acautelamento provisório já cumprido, colocando-se o paciente em liberdade, com fundamento no art. 5º, LXV da Constituição da República.**

LOCAL E DATA.

**DEFENSOR PÚBLICO**